

## HUMPHREYS, S. C. *Anthropology and the Greeks*

Laura Graziela F. F. Gomes

Universidade Federal Fluminense

O livro *Anthropology and the Greeks* procura demonstrar objetivamente como a Antropologia, dispendo das suas ferramentas adequadamente, pode fazer-se benvinda no terreno dos Estudos Clássicos. Uma primeira aproximação com o livro nos indica que ele é o resultado de uma experiência interdisciplinar vivida pela própria autora, decorrente de sua dupla inserção acadêmica: ser professora simultaneamente dos departamentos de “Ancient History” e de “Social Anthropology” do “University College London”. Tal fato permitiu à autora não somente dar um tratamento didático à questão acerca das relações entre a Antropologia e os Estudos Clássicos, mas também sair do lugar comum para onde o debate foi levado. Esta saída já se encontra sugerida no próprio título que ela confere ao livro. Ao invés de colocar *Anthropology of the Greeks* por exemplo, cuidadosamente ela opta pelo uso da partícula AND — em português, a tradução correta seria sem dúvida alguma, *A Antropologia e os Gregos*. A opção pela partícula AND, que coloca de um lado a Antropologia e, do outro, os Gregos, indica que o leitor, antes de começar a leitura propriamente dita do texto, deve-se dar conta de uma questão fundamental para o pensamento antropológico contemporâneo: que o objetivo da Antropologia não se confunde com o seu campo empírico de observação; “... quis a história que ela começasse por se interessar pelas sociedades ditas primitivas... mas ela não é absolutamente solidária com os machados de pedra, o totemismo e a poligamia...” (Levi-Strauss 1970 : 369). Após esta digressão preliminar, passemos ao livro propriamente dito. Este apresenta-se dividido em três partes principais, assim dispostas: *Classical Studies and Anthropology*, *Economy and Society* e *Structure, Context and Communication*.

Na primeira parte, a autora trata das relações entre a Antropologia e os Estudos Clássicos, fazendo um retrospecto no qual destaca

três fases distintas. Para Mrs. Humphreys, elas se iniciam ainda no século XIX com muita troca de gentilezas e, neste primeiro momento, que vai até o final da 1ª guerra, antropólogos e classicistas se reconhecem mutuamente como partilhando um mesmo território. É a era do *The Golden Bough* de Sir James Frazer; ambos, autor e obra, podem ser tomados como uma espécie de paradigma desta fase “áurea” de colaboração. No entanto, ela é seguida por uma fase que se estende por todo o período do entre guerras, onde o interesse recíproco é substituído por uma atitude de suspeita e até de hostilidade mútuas. Finalmente, a autora aponta uma terceira fase, a presente, que se inicia após a 2ª guerra e é marcada por tentativas de ambos os lados de retomar o diálogo, que obviamente não pode mais ocorrer nos mesmos termos em que ele se deu inicialmente, mas que já tem dado início a formas novas e inéditas de colaboração.

Mas o que aconteceu de especial para que antropólogos e classicistas se vissem de lados diferentes e até opostos? Segundo a autora, muita coisa. Se, já no final do século XIX, alguns antropólogos como Franz Boas demonstravam uma disposição de criticar abertamente o evolucionismo unilinear triunfante da época, colocando-o sob suspeita, as duas grandes guerras não deixaram dúvidas, pelo menos para os antropólogos, quanto à fragilidade deste modelo explicativo. Para Mrs. Humphreys, o efeito produzido pelas duas grandes guerras, na Antropologia, é fundamentalmente de ordem teórica e metodológica: este período coincide com uma atitude que se torna aos poucos generalizada entre os antropólogos, de deixarem seus gabinetes, interromperem suas leituras dos cronistas, viajantes, missionários e até mesmo dos relatórios produzidos por administradores coloniais, para irem eles mesmos ao encontro das ditas “sociedades primitivas”. E o que encontram nelas passa doravante a constituir o cerne mesmo de todo o pensamento antropológico contemporâneo, ou seja, que as noções de “racional” e “irracional” não são atributos que possam ser distribuídos de forma a promover um escalonamento hierárquico das sociedades humanas. Nenhuma sociedade é “irracional” ao ponto de desconhecer e não reconhecer em si mesma a existência de certos princípios ordenadores da vida

social; ao mesmo tempo, nenhuma sociedade é “racional” o suficiente para compreender e conhecer o(s) sentido(s) pleno(s) de *todas* as implicações que fazem da vida social a única forma de existência possível para a espécie. A este respeito, o livro de Malinowski, *Argonauts of the Western Pacific*, continua a representar, sem sombra de dúvida, um grande acontecimento para a disciplina. Em que pesem todas as críticas ao funcionalismo radical do autor, a grande virtude deste livro, publicado em 1922, é a de ter mostrado que as sociedades primitivas compartilham de uma racionalidade e de uma lógica que se traduz nos princípios e nos mecanismos explícitos e implícitos de seu funcionamento.

Temos então a explicação dada pela autora para o mal entendido ocorrido entre antropólogos e classicistas. Enquanto ambos os lados concordavam que o foco de suas atenções era a tentativa de reconstrução dos estágios iniciais das sociedades grega e romana, ao mesmo tempo que partilhavam da crença de que todas as sociedades evoluíam da mesma forma e numa única direção — a Sociedade Européia do Século XIX — passando necessariamente pelos mesmos estágios de evolução, parecia não haver nenhum problema. Mas uma vez que a antropologia, abrindo mão do esquema evolucionista, passa a mostrar, através de estudos comparativos sistemáticos, que as sociedades primitivas são “contemporâneas” entre si e à própria sociedade do observador, não podendo ser assimiladas como formas residuais e sobreviventes de sociedades pré-históricas, a situação se altera. É que “da mesma forma que as chamadas sociedades complexas civilizadas foram precedidas no tempo e no espaço por outras formas de vida social, as ditas sociedades primitivas também o foram” (Lévi-Strauss, 1976 : 339-340).

Além disso, quando autores como Weber, Durkheim, Radcliffe-Brown e mais adiante Simmel e Marcel Mauss procuravam desenvolver uma Sociologia Comparativa e Compreensiva, que incluísse desde sociedades industriais modernas, impérios, estudos de comunidade e tribos indígenas, ficava cada vez mais evidente que o uso de uma tipologia comparativa implicava numa noção cada vez mais abstrata de *estrutura social*. Neste sentido, a comparação

entre as sociedades passa a adquirir um caráter cada vez mais formal e menos substantivo; procuram-se regularidades, princípios, propriedades gerais, sabendo-se que em cada sociedade eles serão combinados de uma forma única e particular, constituindo, num outro nível, uma diferença que, sabe-se, é experimentada por cada sociedade como tal. Neste caso, as sociedades primitivas são vistas como modelos “simplificados” de todas as sociedades e é somente deste ponto de vista, segundo a autora, que elas podem ser comparadas, já que todas contêm formas, princípios, que podem ser encontrados em outro lugar. Para ela, “. . . this is the basis for the search in modern anthropology for abstract concepts of form and relationship applicable to all societies; the aim is not eliminate differences but to find a precise way of analysing them. Without similarities difference is meaningless. . .” (Humphreys 1978 : 4).

Chegamos assim à fase atual, ao terceiro momento assinalado por S. C. Humphreys, no qual ela realiza também uma prospecção sobre o futuro das relações entre os Estudos Clássicos e a Antropologia. Para ela, esta relação deve ser caracterizada por um debate ativo entre ambas as partes. Por outro lado, o objetivo desta relação deve ser pensado em termos de novas formas de colaboração e troca de idéias. Neste sentido, o papel da antropologia, ao ser convidada para este debate, não é mais o de preencher as lacunas deixadas pelos historiadores, explicar os aspectos “irracionais” e/ou “arcaicos” e “primitivos” das civilizações clássicas. Desde que a antropologia se viu colocada diante das mudanças sociais verificadas no interior das diversas sociedades primitivas, provocadas pelo colonialismo europeu, ela está preparada para abordar qualquer tipo de sociedade no sentido de poder oferecer e dispor “. . . a framework within which we can try to put together fragments of Greek culture and society studied in isolation into a coherent whole. And this does seem to be a crucial need at present for Classical Studies generally. . .” (Humphreys 1976 21).

Com relação ao momento presente, a autora apresenta três linhas de investigação atualmente desenvolvidas nos Estudos Clássicos, em que o uso sistemático dos modelos conceituais e dos

métodos das ciências sociais (antropologia e sociologia) se fazem presentes, a partir das tradições weberiana e durkheimiana: a *Economic — ecological*, em que cita os trabalhos desenvolvidos por Hopkins; *Institutions*, cujo maior representante atual é Moses Finley; finalmente, *Miths, Rituals and Symbolic Thought*, em que inclui os trabalhos de J.-P. Vernant, P. Vidal-Naquet e M. Detienne. Em função disto, ela expõe ainda, em dois ensaios explanatórios, a obra de dois ilustres representantes de cada uma das duas tradições mencionadas acima, cujas contribuições foram decisivas para o desenvolvimento atual dos Estudos Clássicos: Karl Polanyi e Louis Gernet.

Quanto à segunda parte, *Economy and Society*, encontra-se constituída pelos ensaios da autora, que versam sobre as articulações entre a História Econômica e a Antropologia Econômica, no trato das sociedades antigas, inspiradas em sua maior parte pela obra de Weber, pelas questões levantadas por K. Polanyi e, mais recentemente, M. I. Finley, no que diz respeito às relações entre a Economia e a Sociedade na Grécia antiga.

Em seu ensaio intitulado *Town and Country in Ancient Greece*, ao examinar as noções gregas acerca das relações entre *ciudades e campo*, ela oferece uma discussão oportuna sobre o conceito de morfologia social e sobre sua aplicabilidade ao estudo do desenvolvimento da pólis grega do V século:

(...) The development of Athens in the fifth century B. C. as a large urban settlement depending on imported corn, and the striking contrast between Athens and Sparta in economic, political and military organization, introduced new elements into the Greek conception of the relation between city and country. Right-wing Athenians, like Xenophon and Plato, associated oligarch, subsistence farming and country life with the courage, physical fitness and obedience required of the soldier; urbanization and seapower led to democracy, mercenary self-interest and weediness (...) (Humphreys 1978 : 133).

Finalizando esta parte temos o ensaio intitulado *Homo Politicus and Homo Economicus: War and Trade in the Economy of*

*Archaic and Classical Greece*, no qual a autora retoma o contraste estabelecido por Weber entre *homo politicus* e *homo economicus* em *Economia e Sociedade*. Neste sentido, ela tenta demonstrar que o comércio em Atenas como em outras cidades gregas foi, em primeiro lugar, “a mechanism for converting agricultural produce into money paid to the ruling military powers as tribute or tax...” (Humphreys 1978 : 173) . E que somente em segundo lugar, gradualmente, ele desenvolveu seu potencial para transformar-se numa atividade urbana de tempo integral, instituindo uma nova forma de divisão do trabalho.

Chegamos finalmente a terceira parte do livro, *Structure, Context and Communication*, onde a autora apresenta trabalhos desenvolvidos em um projeto conjunto com o Professor Arnaldo Momigliano. Neste, ambos retomam o modelo de análise proposto por Fustel de Coulanges em *La Cité Antique*, procurando articulá-lo com as preocupações da Escola Sociológica Francesa a respeito das relações entre Linguagem (*Mith, Symbolic Thought*) e Sociedade (Estrutura Social). Como podemos observar, o tema é vasto e complexo. Por isso mesmo os autores subdividem-no em partes: *Freedom of Speech and Religious Tolerance in the Ancient World* (A. Momigliano) e *Kinship in Greek Society, c. 800-300 B. C.* (S. C. Humphreys).

Com relação ao primeiro ensaio, o autor procura realizar “a study of decision-making bodies in Antiquity”, a partir do *insight* de Fustel de Coulanges de que há uma correspondência entre a *estrutura* do estado antigo e a *natureza* das antigas crenças religiosas, e através da comparação de fontes e dados relativos à vida religiosa e política no mundo antigo.

Quanto ao segundo ensaio, a proposta é realizar um estudo sobre o *lugar* do parentesco na sociedade grega, desde Homero até o final do IV século. Para a autora,

... For a study of the forms and functions of kinship groupings in ancient Greece it was found convenient to distinguish four institutional contexts: the official subdivisions of the state (tribe, phratry, deme, etc), the aristocratic

conical clan (*genos*), the bilateral kindred (*anchisteis*) and the household (*oikos*) (...). This division of the kinship institutions of ancient Greek society into sub-systems, and consequent distinction between the principles of internal organization of each sub-system and its modes of external articulation, is particularly important for the study of social change and variations between Greek societies (...) (Humphreys 1978 : 194).

Restam ainda mais dois ensaios, "*Transcendence*" and *intellectual roles: the ancient Greek case* e *Evolution and history: approaches to the study of structural differentiation*. Em ambos observa-se a preocupação de um retorno ao que constitui a viga mestra da Escola Sociológica Francesa, àquilo que está presente nas obras de Durkheim, Mauss, Gernet, além de muitos outros, e que a distingue: "o cuidado de definir a realidade social, ou melhor, de definir o social como a *realidade*" (Lévi-Strauss, 1974 : 14). Neste sentido, a *sociedade* não é apenas *coisa*, mas também *representação*. Vista deste modo, a religião adquire uma relevância para a explicação da própria natureza do fenômeno social. Deixa de ser apenas o lugar cuja função reside exclusivamente na manutenção da ordem social (promoção da coesão social), para ser o lugar *de onde* derivam todas as categorias de pensamento, a partir das quais uma sociedade toma consciência de si, promove sua própria inteligibilidade e através das quais "projeta-se" para fora de si mesma, num movimento que todas as grandes religiões conhecem como "transcendência".

É importante assinalar que todos estes ensaios que tratam das relações entre Religião e a Sociedade no mundo antigo podem ser incluídos, em função das perspectivas adotadas pelos autores, naquilo que há de mais consagrado dentro da Antropologia no que se refere aos estudos de religião e dos sistemas de crenças, desde que E. Durkheim publicou, em 1913, *As Formas elementares da Vida Religiosa*, principalmente no que diz respeito à importância que conferiu à análise do aspecto propriamente intelectual das religiões, isto é, a "função lógico-cognitiva" que elas exercem:

Se a religião engendrou tudo que há de essencial na sociedade, é que a idéia de sociedade é a alma da religião (...) Uma sociedade não se pode criar nem mesmo recriar sem, ao mesmo tempo, criar um ideal. Essa criação não é para ela uma espécie de indulgência pela qual ela se completaria, uma vez formada; é o ato pelo qual ela se faz e se refaz periodicamente (...) A sociedade ideal não se coloca fora da sociedade real, faz parte dela (...) (Durkheim 1973 : 528) .

Quanto ao último ensaio, *Evolution and history: approaches to the study of structural differentiation*, ele está incluído também numa outra linha de investigação igualmente consagrada pela tradição durkheiminiana e pelo Funcionalismo anglo-americano. Como a própria autora confirma em seu ensaio sobre Gernet, a questão discutida neste ensaio já constituía o problema central de Durkheim em 1893, ao publicar *De La Division du Travail Social*: como explicar, *sociologicamente*, a diferença entre as sociedades simples e complexas, ou seja, como se pensar as relações entre *estrutura social*, *morfologia social*, processos de segmentação (diferenciação) e de mudança social.

Como o leitor poderá verificar, o trabalho é de ampla envergadura. Para finalizar, poderíamos acrescentar que, no final do livro, a autora completa seu trabalho apresentando uma excelente bibliografia, em que o estudioso, antropólogo ou classicista, interessado nas questões levantadas e numa discussão mais substantiva, poderá obter informações importantes.

### BIBLIOGRAFIA CITADA

- DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril, 1973.
- LEVI-STRAUSS, C. O lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino. In: *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
- LEVI-STRAUSS, C. Raça e história. In: *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.